

Parte II

A violência urbana como guerra

A guerra como metáfora¹

Quando chegamos em casa, podíamos ver na TV imagens das rebeliões no Iraque ao mesmo tempo em que, aqui, acompanhávamos, ao vivo e em cores, a nossa guerra civil².

Quando cheguei, era tiro para todo lado, uma coisa de louco. Parecia faroeste. Não dá para dizer que havia clima de guerra. Era a própria guerra³.

É impossível usar uma balança para medir o peso das palavras. No entanto, todos os dias lemos, escrevemos, falamos ou ouvimos expressões pesadas e desgastadas pela forma múltipla e indefinida com que os diferentes discursos as utilizam. Guerra é uma dessas palavras pesadas, que funcionam, corriqueiramente, como metáforas que solapam as gradações diversas de um conceito.

De certo modo, definir práticas com a metáfora da guerra é produzir um campo de conflito entre, ao menos, duas partes. Um resultado comum dessa escrita divisora é o binarismo antagônico: uma fronteira simbólica é estabelecida como forma de definir quem são os combatentes e, conseqüentemente, quem são os inimigos que devem ser temidos.

O termo guerra, quando lemos os jornais do cotidiano, parece ter deixado de significar um conflito militar entre nações, para tornar-se elipse narrativa no ato de reportar os complexos conflitos urbanos dos dias atuais. A diversidade do uso da metáfora é a própria prática incessante da criação de fronteiras simbólicas⁴ na

¹ Seguindo a divisão metodológica proposta na introdução do trabalho, esta segunda parte da dissertação foca as análises em séries de reportagens publicadas em dois jornais distintos. A primeira série, que compõe o terceiro capítulo, é intitulada “A guerra do Rio” e vem sendo publicada no jornal *O Globo*, fragmentadamente, desde 2003. A segunda série desta parte II, que compõe o quarto capítulo, foi publicada no jornal *Folha de S. Paulo* no mês de maio de 2006, sob a rubrica “Guerra urbana”.

² Depoimento de Paulo Novaes, morador do bairro São Conrado, no Rio de Janeiro, em relação aos conflitos ocorridos na Rocinha. Este é um dos depoimentos que foram veiculados na série de reportagens “A guerra do Rio” (*O Globo*, 10/04/04, p.13).

³ Depoimento de uma pessoa que não quis se identificar, em relação ao mesmo conflito na Rocinha, também veiculado na série “A guerra do Rio” (*O Globo*, 10/04/04, p.12).

⁴ Utilizo o termo “fronteiras simbólicas” à maneira que Antonio Arantes o utiliza: “Os habitantes da cidade deslocam-se e situam-se no espaço urbano. Nesse espaço comum, cotidianamente trilhado, vão sendo construídas coletivamente as fronteiras simbólicas que separam, aproximam, nivelam, hierarquizam ou, em uma palavra, ordenam as categorias e os grupos sociais em suas mútuas relações” (Arantes, 1994).

vida cotidiana. O espaço urbano da cidade é mapeado por zonas (fronteiras) e seus graus de periculosidade.

Os próximos dois capítulos focalizam não uma “violência cotidiana” (como é a proposta de “24 horas” e “Geografia da violência”), mas uma violência potencialmente espetacular, grandiosa. Estamos, então, trabalhando com a mesma idéia de imaginário do medo, mas em um outro nível. Os significados são produzidos por outro tipo de narração, que não está intimamente ligada ao dia-a-dia da maioria dos leitores, mas a um cotidiano do contato com as imagens da violência – as linguagens da violência – e com todo o didatismo que as envolve.

Assim, a violência urbana, personagem cativa dos relatos sobre o cotidiano na imprensa, é prática militar mobilizadora de outras práticas: os discursos. As narrativas são formas de dar significação aos atos, de promover sentidos. Esses relatos, que, como mencionamos, fazem uso da guerra como metáfora, são eles mesmos uma guerra, um conflito através da linguagem. Não há um sentido apenas, mas uma incessante busca por sobressair em meio a uma multiplicidade de relatos.

4

Calvário carioca

4.1. Imaginários da favela

Ao explorarmos a interpretação como prática crítica no capítulo anterior, enveredamo-nos em questões relacionadas aos mapas imaginários que organizam e dão sentido à violência urbana que assola o Rio de Janeiro, assim como outras grandes cidades na América Latina e no mundo. Levando os questionamentos adiante, não poderíamos deixar de atentar para toda a problemática que envolve o termo “favela” em associação à violência.

Desde o final da década de 1980, há uma proliferação de livros, filmes, músicas, notícias, seriados televisivos, que tentam, conflituosamente, reconfigurar o imaginário da favela em relação à cidade. Isto se deve, muito em parte, à chamada “escalada da violência”, que tomava forma nas estatísticas de crimes violentos a partir do processo de redemocratização política do país.

Sendo assim, a análise a seguir faz uma leitura dos mapas (*lato sensu*) que delimitam fronteiras simbólicas entre a cidade e a favela. Essa divisão binária é facilmente verificável nos discursos que serão apresentados mais adiante, como se o binarismo fosse a ordem que dá significado social ao espaço urbano. A geografia da violência é tratada aqui de forma mais sutil, mas não menos explícita do que a apresentada no capítulo anterior. A favela, como palavra de confluência de significados, está carregada de conotações pejorativas e discriminatórias, tanto relacionadas ao preconceito racial quanto ao preconceito baseado nas condições econômico-sociais.

A tarefa crítica, portanto, tenta mobilizar os textos jornalísticos com o objetivo de explorar e trazer à tona questões que se perdem no próprio processo ao qual o leitor é submetido. Ler uma série fora de sua cronologia já é, por si só, uma prática que vai contra os pactos de leitura estabelecidos socialmente entre editores e leitores.

Faremos, antes, um breve passeio por alguns dos significados que foram atribuídos às favelas ao longo do século XX, para, então, nos determos nas

questões contemporâneas sobre a violência urbana e a favela, através de reportagens jornalísticas. A série de reportagens analisada neste capítulo foi intitulada “A guerra do Rio”, e vem sendo publicada desde 2003 no periódico *O Globo*.

Como veremos, o imaginário do medo é, também, associado a um tipo de geografia marcada por uma idéia de marginalidade e que, historicamente, vem se repetindo desde, pelo menos, a reforma que o prefeito Pereira Passos promoveu, no começo do século XX, na cidade do Rio de Janeiro. A proposta, portanto, é tentar ler criticamente as reportagens, com um foco mais apurado em relação à construção de significados e, também, como que, historicamente, continuamos repetindo a produção de uma exclusão/diferença em relação à favela.

A favela é espaço mítico, assim como o sertão o foi em boa parte dos grandes autores brasileiros, onde a ordem institucional é subvertida em função de uma outra ordem: seja a da violência ou a da marginalidade. A “desordem” destes espaços é um *alter*, i. e., um espaço da diferença. É a geografia da ambivalência: lugar associado ao sofrimento e às mazelas, mas, ao mesmo tempo, é o espaço onde se produz algum tipo de “brasilidade”⁵.

4.1.1. Rasgando o velho seio urbano

Em 1889 a República era proclamada no Brasil. A ordem e o progresso, palavras tão em voga nessa época, passaram a bordar a bandeira nacional. O projeto civilizador das pátrias adiantadas baixava agora nos trópicos e, na virada do século XIX para o XX deixava suas marcas no Brasil: a República simbolizava o esforço de modernização calcado nos moldes europeus. Um esforço que queria ser visto como nacional, mas que na melhor das hipóteses afetava somente o centro da capital federal, o Rio de Janeiro. Margarida de Souza Neves comenta:

⁵ A “brasilidade” aqui é em referência ao samba como gênero musical reconhecidamente brasileiro e que, apesar de controvérsias, tem fortes associações, até mesmo em relação à sua origem, com o imaginário da favela.

Naquele tempo – a virada do século XIX para o século XX –, de olhos postos na *belle époque* europeia, os grupos que imprimiam direção à sociedade brasileira alimentavam o sonho de fazer o país despertar da “morrinha colonial” e abrir os olhos à “visão civilizadora de pátrias adiantadas e progressistas” (Neves, 1991:53).

A ordem e o progresso simbolizavam não apenas o aspecto modernizador, mas toda uma cidade que se partia: a construção da Avenida Central cortava a cidade ao meio e a exclusão social, daqueles que não podiam mais transitar pelo centro sem seus respectivos trajes, rachava espacial e socialmente o Rio de Janeiro.

Em meio ao turbilhão da chegada da modernidade ao Brasil, as reformas do prefeito Pereira Passos na capital, no início do século XX, transfiguraram a cidade de um instante para o outro. A política do “bota-abaixo” simulou, para o país e para o mundo, a tentativa de se alinhar à ordem e ao progresso através da modernização da *polis*. O novo espaço público, agora urbano, era a concretização dos anseios elitistas dos donos da recém-inaugurada República.

Foi preciso remodelar a cidade para que esta pudesse encenar a modernidade, mesmo que apenas camuflando o aspecto colonial explícito. Ainda que fosse a capital e o centro financeiro do país, o Rio de Janeiro era o reflexo de séculos de colonialismo (Gomes, 1996:14). Essa “necessidade” de modernização estava atrelada ao interesse econômico em atrair capital estrangeiro. Acompanhar o progresso da Europa era tido como essencial para que uma imagem de credibilidade fosse construída frente aos investidores europeus e norte-americanos. Além disso, as camadas aburguesadas tinham profunda admiração pelo modo de vida parisiense, apresentando-o como modelo para o Brasil.

A mentalidade da classe dominante carioca que pairava nessa época tinha intenções claras de transformar o Rio de Janeiro em uma metrópole, retirando de cena o aspecto colonial que regia a vida urbana local. A ruptura tinha de ser radical. Os hábitos e costumes ligados à sociedade tradicional deveriam ser todos extirpados, assim como todo e qualquer elemento da cultura popular que pudesse interferir na imagem de sociedade civilizada (Sevcenko, 1998:12).

Nesse âmbito, houve uma política de expulsão dos grupos populares da área central da cidade. As consequências dessa intervenção na urbanização fizeram com que esses grupos desabrigados se dirigissem para os morros, charcos e demais áreas vazias em torno do centro.

Nas duas primeiras décadas do século XX, os grupos que haviam sido despejados de seus cortiços no centro já respondiam pela denominação de favela. Algumas letras de sambas do final da década de 1920 já apresentavam a nova expressão. Sinhô escreveu: “Colônia/ Porque foi que tu deixaste/ Nossa casa na Favela?/ Mulata/ Não quero saber mais dela/ Não quero saber mais dela/ Colônia/ A casa que eu te dei/ Tem uma porta e uma janela” (Silva, J.B. da apud Oliveira & Marcier, 2003:65).

Na década de 1910 já havia referências ao morro da Favela no nome das músicas, mas essas, por serem somente instrumentais, não tinham letras. Jane Souto de Oliveira e Maria Hortense Marcier documentam:

E é nessa acepção que se inscreve pela primeira vez na MPB, por meio da polca Morro da Favella, de Passos, Bornéo e Barnabé, cuja partitura original, ilustrada a bico de pena e dedicada pelos autores a Lauro Muller Filho, data de 1916. Seu registro sonoro foi feito em 1917, ano em que outra composição, coincidentemente com o mesmo nome, foi também gravada por Pixinguinha e seu grupo (Oliveira & Marcier, 2003:65).

Ao mesmo tempo em que se estabelecia na periferia da cidade, a favela ia ganhando cada vez mais um tom negativo, por parte dos que moravam no centro. Hoje, a visão que o asfalto tem da favela não é muito diferente daquela do começo do século XX.

A favela, na conotação utilizada atualmente, pelo “senso comum”, digo, pela imprensa massiva, teve seu início marcado nesse momento da história do Rio de Janeiro. Os desdobramentos das décadas posteriores a 1930 perpetuaram a conotação negativa atribuída a essas comunidades, criando um abismo crescente entre “morro e asfalto”. Essa rachadura social seria radicalmente acentuada na metade do século XX com a acelerada urbanização do país que, com a implantação da chamada política desenvolvimentista dos anos JK, instituiu nas grandes metrópoles os pólos industriais, que somavam mão-de-obra barata ao desejo e à necessidade de tantos camponeses e interioranos de terem melhores oportunidades de vida na cidade grande.

O inchaço das favelas e a manutenção de uma política excludente criaram, ao longo das décadas do século XX, uma fissura na cidade. O conceito de *Cidade partida*, explicitado por Zuenir Ventura em 1994, veio exprimir a complexidade em que se encontra, atualmente, a dualidade entre favela e asfalto. O Rio de

Janeiro apresenta hoje uma cartografia que coloca em constante tensão as exacerbadas desigualdades entre as classes sociais: os bairros em que vivem as elites são rodeados por favelas, símbolos da pobreza. A geografia carioca segrega nos morros a miséria que transborda do sistema de produção, refletindo a tamanha desigualdade social.

Desde o início das favelas, o “morro” teve acentuado, gradativamente, o seu ar de “estranho-social” (Rocha, 2000:9), como se esse espaço não fosse parte integrante e atuante da sociedade. Há um grande desconhecimento, por parte dos que não moram nessas comunidades, de todo o modo de vida, dinâmica cultural e dimensão humana dos que residem nas favelas. A voz da favela que tem espaço na grande mídia é a da violência e a do tráfico de drogas que atormenta e amedronta a consciência da classe-média simbolizada pela imagem, civilizadora, do asfalto.

Ao longo das décadas a favela teve várias conotações distintas, mas sempre sendo rotulada como uma cidade à parte, expressão que Olavo Bilac utilizou em 1908 na crônica “Fora da vida” (apud Zylberberg, 1992). Já foi representada como foco de doenças; o local da desordem por excelência; já foi sítio de malandros, ociosos e negros inimigos do trabalho honesto; foi lida como lugar de vadios baderneiros; idealizada como o local da pureza do samba e, mais recentemente, assumiu a conotação de antro da marginalidade, habitat de classes perigosas. A favela, agora mais do que nunca, carrega o peso de ser o território, por excelência, de traficantes de droga. A violência, então, tornou-se a associação mais corriqueira quando o assunto favela é debatido, mencionado ou representado nos meios de comunicação de massa.

4.1.2. Um século de leituras e conotações

Encravada no Rio de Janeiro, a Favela é mais uma cidade dentro da cidade⁶. A afirmação do jornalista Benjamin Costallat pode servir de ponto de partida para a análise das representações da favela no Rio de Janeiro. Pensar a favela como algo que está à parte da cidade. Mais do que isso, analisar o conceito de dualidade que está presente nas representações da favela, desde os tempos do prefeito Pereira Passos, é o desafio proposto aqui. Uma divisão que cria fronteiras pela linguagem.

Favela e asfalto; ordem e desordem; civilização e barbárie. Essas são algumas das oposições que, corriqueiramente, estão presentes em quase tudo que diz respeito à favela. Desde o início das transformações do “bota-abaixo”, já havia representações que apontavam para um Rio de Janeiro partido. Um século se passou, as favelas cresceram, mas nunca deixaram de ser alvo das tentativas de representar uma cidade bipolar. De Olavo Bilac a Zuenir Ventura, a favela recebeu conotações que alimentaram a construção do dualismo entre ordem e desordem: classificação que ainda hoje paira no imaginário social, principalmente, como veremos, quando focalizamos as enunciações do medo.

O termo favela tem sua origem no sertão baiano onde se concentravam os seguidores de Antonio Conselheiro, tendo-se difundido no Rio de Janeiro por soldados que voltavam da campanha de Canudos⁷. Desde que surgiu no morro da Providência, “a favela, vista pelos olhos das instituições e dos governos, foi o lugar da desordem” (Zaluar & Alvito, 2003:14). Espaço geográfico ocupado por populações de baixa renda, de maioria negra, a favela foi a consequência da necessidade da aristocracia carioca de se opor ao modelo rural reinante até então. A remodelação da cidade influenciada pela Paris daquela época era a quimera das classes aburguesadas locais, pois assim podiam se afirmar como civilizadas. A

⁶ “Encravada no Rio de Janeiro, a Favela é uma cidade dentro da cidade. Perfeitamente diversa e absolutamente autônoma. Não atingida pelos regulamentos da prefeitura e longe das vistas da Polícia. Na Favela ninguém paga impostos e não se vê um guarda civil. Na Favela, a lei é a do mais forte e a do mais valente. A navalha liquida os casos. E a coragem dirime todas as contendas. Há muito crime, muita morte, porque são essas as soluções para todos os gêneros de negócios - os negócios de honra como os negócios de dinheiro” (Costallat, 1995:37).

⁷ Há outras explicações para a origem do termo, mas esta parece ser a mais difundida pelos pesquisadores atualmente. Cf. Zaluar & Alvito, 2003. O Morro da Favela é narrado constantemente, por exemplo, em *Os Sertões* (2004), de Euclides da Cunha.

cidade anterior à “modernização” tinha uma rica tradição popular, mas não cabia na versão da ordem proposta pelas elites (Sevcenko, 1998:20). O Rio de Janeiro anterior às reformas não poderia fazer parte da cena moderna. Aquela cidade era vista como obscena, isto é, deveria estar fora da cena, fora do centro, para não manchar a imagem de cidade civilizada (Gomes, 1994:103).

A modernização, liderada pela elite carioca, propunha um modelo excludente que proporcionava para poucos a vida cosmopolita tão em evidência na Europa daquela época. O passado precisava virar apenas um resquício na geografia urbana que estava sendo planejada. A cidade seria transfigurada de uma hora para outra, destruindo o passado e construindo o futuro, acertando os ponteiros do relógio⁸. Nesse sentido, era necessária a encenação da modernidade: retirar da cena todos os representantes do atraso nacional e dos valores tradicionais. Era preciso afirmar que a cidade estava pronta para adotar o “sistema capitalista industrial progressista, fundado na concepção do lucro, na racionalização do processo produtivo, na burocratização das instituições e na impessoalidade das relações interpessoais” (Zaluar & Alvito, 2003:12).

Com um intenso uso da força repressora, a cidade foi sendo remodelada para os novos tempos. Os cortiços da área central foram removidos e seus moradores, desapropriados, não tiveram outra alternativa: mudaram-se para a região periférica. O morro da Providência foi o local onde grande parte dessa população desabrigada se reergueu, dando início ao que hoje denominamos de favela.

A favela tornou-se, desde seu início, além de um habitat de indivíduos pobres, uma representação do atraso daquela parcela da população em relação ao mundo cosmopolita e civilizado, pois não havia intervenção do Estado naquele espaço. Essa dualidade foi sendo construída e usada em diferentes contextos e com diferentes conotações, sempre expressando uma superioridade da cidade em relação a essa geografia, marcada pela pobreza, como se esse espaço urbano não fosse parte integrante da própria cidade.

A noção de que a favela era uma cidade dentro da própria cidade já existia desde o início do século XX. A preocupação em delimitar, em alto grau, a

⁸ Cf. Neves, 1991.

distinção do que era o espaço civilizado foi algo muito presente na literatura dessa época, como mostra o trecho de uma crônica de Olavo Bilac:

Fizemos cá embaixo a Abolição e a República, criamos e destruimos governos (...) mergulhamos de cabeça para baixo no sorvedouro do “Encilhamento”, andamos beirando o despenhadeiro da bancarrota, rasgamos em avenidas o velho seio urbano, trabalhamos, penamos, gozamos, deliramos, sofremos – vivemos. E, tão perto materialmente de nós, no seu morro, essa criatura está lá 33 anos tão moralmente afastada de nós, tão separada de fato da nossa vida, como se, recuada no espaço e no tempo, estivesse vivendo no século atrasado, e no fundo da China (...) essas criaturas apagadas e tristes, apáticas e inexpressivas, que vivem fora da vida, se não têm a glória de ter praticado algum bem, podendo ao menos ter o consolo de não ter praticado mal nenhum, consciente ou inconscientemente (Bilac apud Zylberberg, 1992:110).

O que Bilac chama de vida é o convívio com a cidade moderna, com as avenidas, com os carros. O autor desliga completamente o morador dos morros da vida carioca, como se essa só existisse enquanto cosmopolita. A civilidade era condição *sine qua non* para o morador do Rio de Janeiro ser reconhecido como cidadão. Não bastava morar na cidade, mas sim, estar em cena.

Ao longo do século XX, a favela teve conotações de acordo com o interesse dos que não “moravam no morro” e comandavam a “sociedade do asfalto”. Da precariedade urbana (falta de esgotos, água, luz e regulamentação habitacional), intensificada pela pobreza dos seus habitantes e pelo descaso do poder público, a favela foi sendo lida como o lugar da falta, do perigo, da violência. Lugar da sujeira, da desordem, mas também, por outro lado, espaço da elegância dos sambistas, da alegria do carnaval.

Apesar de a favela representar a herança da diferenciação e da desigualdade provenientes da história escravocrata do Brasil⁹, sua produção cultural sempre teve uma grande influência na cidade. A música do morro foi mediadora da relação entre a favela e o asfalto, assim como foi, também, instrumento de afirmação da cultura popular. A bipolaridade engendrada nas representações cariocas dividiu o espaço urbano em dois eixos: o da ordem e o da desordem, simbolizados, respectivamente, pelo asfalto e pela favela. O samba, como gênero musical, superou essa fissura criada pelo discurso e criou pontes entre essas divisões.

Paralelamente à sua configuração como espaço do pobre, a favela viria a se consagrar também como o espaço do samba. (...) Tal associação que na verdade se faz entre samba e morro, de tão forte e recorrente na produção musical, tende a ser tomada como elemento constituinte da própria definição de favela. No imaginário da música brasileira, o samba é acionado para representar simultaneamente meio de identificação e de valorização do lugar: por seu intermédio, o morro se afirma positivamente... (Oliveira & Marcier, 2003:82).

Mais do que ser reconhecido como produto do morro, o samba, ao longo do século XX, tornou-se um dos gêneros musicais mais populares na cidade e no país, sendo referência internacional da cultura brasileira. Isso demonstra que, através de sua produção cultural, a favela interagia com o asfalto de uma forma menos tensa.

No entanto, a representação da favela nos sambas da primeira metade do século era muito marcada pela relação de alteridade com a cidade. Havia uma rígida demarcação na diferenciação entre os dois espaços. “Inúmeras são as referências musicais que tratam a favela como algo alheio, algo que não faz parte, algo, enfim, que é distinto da cidade, não importa a situação, os personagens ou os sentimentos que aí estejam envolvidos” (Oliveira & Marcier, 2003:90). Como pode ser visto na canção *Faceira* de Ari Barroso, de 1931:

Foi num samba/ De gente bamba/ Que eu te conheci, faceira/ Fazendo visagem/
Passando rasteira/ E desceste lá do morro/ Pra viver aqui na cidade/ Deixando os
companheiros/ Tristes, loucos de saudade/ Linda criança, tenho fê, tenho
esperança/ Que um dia hás de voltar/ Direitinho do teu lugar. (Barroso, Ari apud
Oliveira & Marcier, 2003:91).

Há uma fronteira entre a cidade e a favela, marcada pela geografia (as supostas ladeiras que ligam o alto ao baixo e vice-versa), mas, também, marcada pela linguagem (o “lá” e o “aqui” definem, além da distância, o lugar de onde fala o narrador).

Em contrapartida, a favela nem sempre adquiriu um sentido pejorativo ao se distanciar da cidade. Em alguns sambas há, visivelmente, uma exaltação da favela. Herivelto Martins em sua “Ave Maria no Morro” demonstra essa perspectiva: “Barracão de zinco/ Sem telhado, sem pintura/ Lá no morro/ Barracão é *bungalow*/ Lá não existe felicidade de arranha-céu/ Pois quem mora lá no morro/ Já vive pertinho do céu” (Martins, Herivelto apud Oliveira & Marcier, 2003:73).

⁹ Ver Campos, 2005.

A “felicidade de arranha-céu” não é propriamente uma falta, mas algo dispensável, secundário, em comparação com o que a geografia do morro já provê. Além disso, como vimos anteriormente nesta dissertação, Michel de Certeau também nos fala de uma felicidade de arranha-céu (ao comentar a visão que se tem de Manhattan em cima do World Trade Center), mas com outras palavras. A visão panorâmica da cidade cede lugar à religiosidade e à idéia de paraíso que está presente na metáfora “pertinho do céu”. Há duas alturas diferentes que se contrapõem: a do arranha-céu (sinônimo da cidade urbanizada) é marcada pelo racionalismo e pela legibilidade de uma totalidade; a outra altura, a dos morros “perto do céu”, está voltada para a religiosidade, marcando a geografia por um imaginário mítico.

Nessa mesma linha, mas décadas depois, há também o belo samba “Alvorada” (1976), de Cartola, Carlos Cachça e Hermínio Bello de Carvalho: “Alvorada lá no morro que beleza/ Ninguém chora, não há tristeza, Ninguém sente dissabor/ O sol colorido é tão lindo, é tão lindo/ E a natureza sorrindo/ Tingindo, tingindo a alvorada” (Cartola apud Oliveira & Marcier, 2003:79).

Jane Souto de Oliveira e Maria Hortense Marcier acrescentam:

Ao mesmo tempo em que, por uma visão idealizada, as letras de música enaltecem o lugar, enaltecem também os laços de vizinhança, companheirismo e união existentes entre os moradores da favela. Em nítida oposição à “cidade”, onde predominariam as relações impessoais, a favela seria o locus, por excelência, das relações personalizadas (Oliveira & Marcier, 2003:79).

A partir dos anos 1960, o samba já percorria todo Rio de Janeiro, atravessando todas as classes sociais. Muitos cantores e compositores de samba da classe média cantavam o morro em suas músicas e lamentavam a sorte dos favelados. Nessa época a favela passou a ser representada como uma questão social. A cidade agora protestava pelo morro:

Por seu crescimento e visibilidade social, a favela, sobretudo no Rio, passaria a ser um objeto privilegiado pela produção musical, embora do ponto de vista formal a categoria utilizada fosse basicamente morro. As músicas desse período enfatizam a temática da carência e da fome, (...) e insinuam que esse quadro deve ser mudado. O tom de lamento e de denúncia, a que se associam quase que invariavelmente dor e tristeza, contagia o próprio samba, que se transforma, ele também, num canto triste (Oliveira & Marcier, 2003:99).

Na década de 1970 o esquema dualista começou a ser duramente criticado por uma gama de intelectuais da época, dando lugar a uma concepção na qual a favela era um complexo coesivo, extremamente forte em vários níveis: família, associação voluntária e vizinhança (Zaluar & Alvito, 2003:15). A favela era tida como um espaço relativamente livre de crimes e violência. No entanto, nessa mesma época já começava a surgir o que hoje é considerado um dos principais problemas no Brasil.

Mas havia uma atividade subterrânea que na década seguinte [1980] transformou a vida dos favelados e que veio mudar o discurso sociológico sobre a favela, trazendo de volta as metáforas dualistas. Com a chegada do tráfico de cocaína em toda a cidade, a favela passou a ser representada como covil de bandidos, zona branca do crime... (Zaluar & Alvito, 2003:15).

Hoje, estudar uma favela carioca significa mapear as etapas da elaboração de uma mitologia urbana (Zaluar & Alvito, 2003:21). A favela não é o mundo da desordem, tampouco antro da violência que há na cidade. A idéia de carência e de falta é insuficiente para entendê-la, assim como o estigma de ser um espaço dos bárbaros. A favela atravessa a cartografia do Rio de Janeiro e se costura à cidade por mediações tensas e complexas, tornando-se uma marca histórica indelével no corpo da *polis*.

4.2. Uma metáfora da desordem

Em tempos onde os relatos da televisão, dos jornais ou da publicidade tomam majoritariamente o espaço das comunicações, os relatos de rua ou de bairro acabam se tornando restritos e pouco presentes na vida cotidiana (Certeau, 1997: 201). Os meios de comunicação de massa substituíram esses laços sociais e tornaram-se porta-vozes dos relatos. Dessa forma, as práticas sociais passaram a ter íntimas ligações com o processo de comunicação massificado.

Os meios de comunicação de massa, mediadores dos discursos na atualidade, tornaram-se os grandes árbitros das práticas sociais. Com a crescente monopolização dos relatos pela mídia, efeito mais pragmático da sofisticação e disseminação da técnica, a cidade contemporânea, desintegrada em sua individualidade, passou a ser reconstituída pela linha de montagem planetária dos *mass-media* e difundida como cenário de uma narração unificadora, como aponta Argullol (1994:59).

A dificuldade, ou talvez a impossibilidade, de se construir narrativas totalizadoras para representar a cidade dá ao discurso massificado da mídia o poder de obter grande espaço na *guerra de relatos* da cidade contemporânea. Não há um discurso, e sim, um emaranhado deles, sendo que os meios de difusão de massa ocupam a posição de prover visibilidade e, conseqüentemente, detêm certos poderes, principalmente, ao contribuir substancialmente para a produção do imaginário social.

A forma na qual o discurso nivelador dos meios de comunicação de massa, principalmente o jornalismo, é praticado, pode ser problematizado pela questão da representação. O discurso midiático pretende-se colado à realidade, como a representação, por excelência, da verdade. Por mais que a tentativa de caracterizar esse discurso bombardeie os indivíduos todos os dias, criando uma espécie de esquecimento da impossibilidade de se colar à realidade, há de se reafirmar que o relato não é a realidade. A narrativa é apenas uma forma de vivenciar a cidade, de representá-la, de significá-la.

O processo de atrelar o discurso jornalístico ao fato real está totalmente comprometido com a espetacularização da existência. O real é transmitido através

do espetáculo, relação social mediada por imagens, que por sua vez se denomina como a representação irreal, o simulacro da realidade (Debord, 1997:15).

O poder de articulação do discurso midiático está na própria falência dos relatos de bairro e das relações interpessoais. O processo de comunicação atual é caracterizado pelo isolamento e pela crescente formação de redes que conectam os indivíduos. Os novos laços de socialização requerem que as pessoas estejam afastadas e isoladas fisicamente, sendo mediadas pelo espetáculo e integradas pelas redes (Martin-Barbero, 2002:298).

As representações sociais sobre a violência e sobre os indivíduos e instituições que estão envolvidas em suas práticas e em sua coibição são, hoje, majoritariamente construídas através do processo de comunicação em massa. Esses discursos, que têm ampla visibilidade, conseguem nomear e classificar as práticas sociais através da produção de significados. A prática social passa a ser organizada por sua representação social.

A favela, como produto urbano, não tem como ter vida paralela à do asfalto. Por mais que se tente construir uma linha divisória entre as duas partes, esse espaço se relaciona com todo o resto da cidade, não há como excluir fisicamente esse contato. Mas no campo do imaginário social, dominado em grande parte pelas representações midiáticas, as diferenças entre as partes podem ser exacerbadas e construídas visando o direcionamento do olhar do leitor.

É principalmente pela espetacularização da violência proveniente das favelas e da constante visibilidade que os meios dão a estes eventos, que a favela passa a ser lida como o local da desordem e da barbárie: geografia imaginária produtora do medo através dos crimes violentos que se tornam legíveis pelas reportagens. Essa classificação que aparece nos meios de comunicação consegue interferir nas práticas sociais da cidade, principalmente quando olhamos especificamente para as estratégias sociais que tentam lidar com o medo de estar no espaço público, ao lado de pessoas desconhecidas

Do amplo leque de práticas que estão diretamente ligadas aos significados construídos em relação à violência é a construção de muros (condomínios fechados, grades, dispositivos de segurança), como também a mudança de hábitos do cotidiano¹⁰ para que a o sentimento de segurança seja encenado. Quando a

¹⁰ O jornal *O Globo*, na edição do dia 5/11/06 publicou uma pesquisa sobre a mudança de hábitos dos cariocas em função da violência. “Duas décadas de violência urbana impuseram pelo

violência é associada às favelas, como é o caso da série de reportagens “A guerra do Rio”, os muros são também erguidos, mas com consequências ainda mais segregacionistas¹¹.

A mídia desponta, então, como um dos mais eficazes meios de construir sentidos sobre a violência nos dias atuais (Rondelli, 2000:144). Essa capacidade de definição, classificação e normatização são produtos da convergência de vozes que, sem a mídia, não teriam como se articularem com tal amplitude. Esses discursos tais como o político, o religioso, o jurídico, o médico, o científico e o próprio jornalístico necessitam do suporte midiático para se tornarem públicos e assim exercerem influência na formação de cada indivíduo e conseqüentemente na sociedade.

Os *mass-media*, desse modo, são os palcos contemporâneos da encenação cotidiana. A guerra de discursos da favela, da mídia e de toda a sociedade só se desenvolve pelas narrações veiculadas nos meios de massa. Estar na mídia é condição essencial na disputa pelo poder. Segundo Elizabeth Rondelli: “Os meios constituem um campo, o lugar onde se dá visibilidade aos diversos discursos e onde cada um destes se articula, não só com o discurso midiático, mas com os outros discursos presentes neste espaço de mediação” (Rondelli, 2000:153).

Nessa *guerra de relatos* que é sustentada pelos meios de comunicação de massa há a predominância de uma polifonia, que é filtrada pelos próprios meios, produzindo um seletivo grupo de vozes que terão visibilidade na sociedade. O que pode ser constatado, em uma análise geral sobre as ressonâncias de um fato violento, é a restrita variedade de discursos, que são selecionados de acordo com o sentido pretendido pelos comunicadores. O conceito polifônico de debate, que

menos 35 mudanças físicas e de comportamento no Rio. Durante duas semanas, Selma Schmidt e Isabela Bastos ouviram mais de 60 pessoas, entre especialistas em segurança, empresários, vítimas e pais. Eles ajudaram a reconstituir a radical transformação da cidade por causa do medo da violência. Desde 1980, cada vez mais os cariocas passaram a ter que conviver com grades, câmeras, vias desertas à noite, carros blindados e um exército de mais de cem mil seguranças particulares. Criaram até códigos de segurança em família e empregam o celular na proteção dos parentes. A mais recente novidade é o equipamento para abrir a porta de apartamentos com o uso de impressões digitais e senhas numéricas”.

¹¹ Em um conflito em abril de 2004 na favela da Rocinha, no Rio de Janeiro, a possibilidade da construção de um muro ao redor da favela foi colocada pelo Vice-governador. O jornal *O Globo* publicou a seguinte reportagem, inserida na série “A guerra do Rio”: “Vice-governador volta atrás e se diz arrependido de ter falado em muro: Prefeito critica a proposta e defende decretação do estado de defesa. De um dia para o outro, a palavra ‘muro’ virou tabu para o Vice-governador Luiz Paulo Conde. Depois de anunciar a construção da barreira com três metros de altura, para frear o crescimento da Rocinha e evitar que traficantes usem a mata como rota de fuga,

representaria a aceitação da parcialidade de qualquer discurso e que deveria estar presente nos meios, acaba se tornando um movimento consensual que cria um imaginário social anêmico de questionamentos, e que é constituído exacerbadamente pelo que paralisa, ou seja, um pânico que gera reações ainda mais autoritárias e não-democráticas.

A produção de sentidos, resultado da convergência de discursos no campo midiático, faz dos meios de comunicação de massa instâncias de máxima importância. Essas narrativas atribuem sentidos próprios aos atos de violência na forma de selecioná-los, editá-los, classificá-los e ao opinar sobre eles. Ter em mãos o poder de produzir sentidos através de seu próprio processo produtivo faz da mídia a grande coordenadora dos modos de agir e pensar da sociedade onde atua.

Ao focar seu discurso na exacerbação da violência urbana que de algum modo interfere no cotidiano das elites, a mídia (in)forma uma “sociedade que fica sabendo a quem temer, contra quem se precaver, os lugares a evitar, com quem não conviver” (Manso, 2002:54). Mas o que tememos? Que lugares evitamos? Com quem preferimos não conviver?

O jornal é ainda um dos principais meios que dão sentido de pertencimento a uma coletividade. Ao lê-lo, o indivíduo se identifica com um coletivo. É esse um dos imaginários, desde o século XVIII, que ajudam a construir a idéia de nação e, também, a idéia de pertencimento a uma cidade. Junto com a novela é que o jornal, nos seus primórdios, proverá os meios técnicos necessários para a representação de uma classe, de uma comunidade (Martin-Barbero, 2002:268), mas, também, dos medos e dos perigos.

Ao reportar para o seu público, metonímia de sociedade, os fatos violentos que ocorrem pela cidade, e que sem os meios de comunicação estariam restritos ao espaço onde ocorreram, entra em cena o confronto entre os discursos que são impelidos a expressarem suas posições frente àquele fato. É através da administração da economia dessas vozes que a produção de sentido pode ser direcionada, somando a isso todo o processo inerente aos meios como edição, seleção e classificação.

Conde voltou atrás ontem, diante da polêmica que a proposta causou” (*O Globo*, 13/04/04, p. 15). Logo abaixo desta reportagem, há uma outra: “Barreiras que deram e não deram certo”.

A legitimação dos meios de comunicação como instrumentos de leitura da cidade acaba por criar uma sociedade que compra o medo nas páginas dos jornais ou mesmo nos telejornais (Martin-Barbero, 2002:295). A mídia vende o terror e o medo, pois dessa forma, no âmbito das representações, é possível criar a diferenciação entre ordem e desordem, como também perpetuar uma segregação do espaço público e a exacerbação das diferenças sócio-econômicas. Ao evidenciar cotidianamente a favela como o espaço da violência, a mídia dá àquele que a sustenta o sentimento de que é um cidadão diferenciado, não identificado com a barbárie mostrada nas favelas.

[...] é dos medos que vivem as mídias. Medos que provêm secretamente da perda do sentido de pertencer, em cidades nas quais a racionalidade formal e comercial dói, acabando com a paisagem na qual se apoiava a memória coletiva, nas quais a normalização das condutas, tanto quanto a dos edifícios, levam à erosão das identidades, e essa erosão acaba roubando-nos o piso cultural, arrojando-nos ao vazio. Medos, enfim, que provêm de uma ordem construída sobre a incerteza e a desconfiança que nos produz o outro, qualquer outro que se aproxime de nós na rua e é compulsivamente percebido como ameaça (Martin-Barbero, 2002:295).

Uma parcela do público, que não vive a realidade das favelas, obtém grande parte das informações através dos meios de comunicação de massa. No entanto, com grande contribuição para essa segregação social, esses meios só salientam o espetáculo do tráfico de drogas, ofuscando a promoção da cidadania nos morros, já que esta parece “não interessar ao público”.

Representar a favela com uma conotação majoritariamente violenta é um ato de violência por si só, pois acaba por criar um símbolo que é renegado pelos habitantes da cidade urbanizada. A favela, só pelo fato de ser chamada por outro nome que não o do bairro onde se localiza, já é deslocada da cidade. Atribuir atos de violência cotidianamente a esses locais é uma forma de vender mais, pois a violência proporciona o espetáculo do qual a mídia precisa. A cidade partida é, também, uma consequência do espetáculo exibido a cada dia. É através desse jogo de identificação com a civilização em oposição à barbárie que os meios de comunicação de massa conseguem viabilizar e manter sua estrutura de poder.

O jornal utilizado como *corpus* deste capítulo – *O Globo* – deixa transparecer o mecanismo mencionado. A hierarquia da importância dos acontecimentos para este meio é ditada pela urgência dos fatos, pelo sensacionalismo da violência e pelos interesses que o jornal representa. As favelas

aparecem nos meios de comunicação de massa através de um discurso sintético e objetivo, no entanto este propõe um subtexto que vai muito além da notícia. O imaginário do leitor de jornal é povoado por esse discurso que se diz imparcial, verídico e que não se reconhece como incompleto e subjetivo, já que quem escreve é um indivíduo, um jornalista, portanto, um mediador.

Nas análises que fiz nos meandros dos textos das notícias publicadas na série “A guerra do Rio”, pude perceber que os discursos produzidos pretendiam alcançar seus leitores através da identificação destes com o que está sendo publicado. No específico conjunto de textos analisados (confronto entre traficantes de droga e policiais em favelas cariocas), o fato ganhava mais ou menos destaque no jornal de acordo com suas consequências para o cotidiano do asfalto. Um confronto na favela da Rocinha, em abril de 2004, esteve por sete vezes na primeira página da edição em um espaço de vinte dias seguidos, pois modificou o trânsito, o cotidiano e paralisou aulas de algumas escolas da Zona Sul carioca e, também, porque houve vítimas do conflito que não moravam na favela.

A Sexta-Feira Santa foi de terror no Rio. Uma tentativa de invasão da Favela da Rocinha por 60 traficantes, recrutados em diferentes morros da cidade, levou o medo ontem à Zona Sul. Na Avenida Niemeyer, que ficou fechada por sete horas, um bando matou de madrugada a mineira Telma Veloso Pinto, de 38 anos, há apenas três meses no Rio. Em seguida, os bandidos partiram para a Rocinha, onde mataram uma babá e um skatista. Por causa do tiroteio, o Túnel Zuzu Angel ficou fechado por mais de três horas. Moradores da região viveram momentos de pânico. Balas traçantes riscavam o céu de vermelho (*O Globo*, 10/04/04, p. 1).

Em nenhum momento o foco foi para as consequências para os moradores da Rocinha, e sim para os moradores “da região”, que compreende outros bairros, como Gávea, São Conrado e Leblon, três dos mais caros lugares no Rio de Janeiro para morar. Dois símbolos do asfalto são mencionados, pois suas rotinas foram alteradas: o Túnel Zuzu Angel e a Avenida Niemeyer. Nenhum símbolo das favelas é mencionado. A ênfase da notícia não é o fato em si, mas as consequências que isso impôs ao asfalto. Ao falar das vítimas, apenas a mulher que morava na zona sul é identificada com o nome completo e outros detalhes. As outras duas vítimas são tratadas pelo nome de suas funções no trabalho e no esporte. Não há interesse em identificar pelo nome, mas pelo que essas pessoas representavam na sociedade. Isso é uma forma de estereotipar moradores de favelas.

Na mesma edição, outra reportagem foi veiculada, com o título “Calvário carioca: confronto na Rocinha fecha acesso a Barra e deixa 5 mortos”:

Tiros, pânico e mortes marcaram a Sexta-feira Santa na maior favela do Rio e na principal ligação entre a Zona Sul e a Barra. De madrugada, uma tentativa de invasão de traficantes à Favela da Rocinha terminou com três mortos e sete feridos. Uma das vítimas foi uma motorista que teria tentado furar um dos bloqueios montados na avenida Niemeyer por cerca de 60 bandidos vestidos de preto e usando coletes a prova de balas para roubar carros que seriam usados na invasão. A Niemeyer ficou fechada por sete horas e o Túnel Zuzu Angel, por mais três, para evitar que mais pessoas fossem feridas pelos tiros de fuzil: balas traçantes riscavam o céu de vermelho. À noite, o tenente Rolim e um soldado do Bope morreram num tiroteio com traficantes da Rocinha. Os bandidos chegaram a lançar uma granada contra um carro da PM (*O Globo*, 10/04/04, p. 11).

No subtítulo, os fatos que parecem ser os mais expressivos não são as mortes ocorridas, mas os engarrafamentos no trânsito da cidade. A notícia é o fechamento do principal acesso à Barra da Tijuca, bairro nobre do Rio de Janeiro. Mas o intrigante nessa reportagem é a palavra calvário, usada para definir uma situação que não é pontual. O calvário carioca é uma expressão generalista – dialogando com “a guerra do Rio” –, mas, ao mesmo tempo ambígua, pois não aponta o que de fato seria o calvário: as favelas, a violência, o tráfico de drogas?

Esse ponto de vista do título dá margens a várias interpretações, inclusive aquela religiosa (o conflito ocorreu em uma Sexta-feira Santa), fazendo referência ao martírio de Jesus Cristo no Monte Calvário, nas cercanias de Jerusalém, onde foi atormentado até a morte. O fato de estar no singular nos leva a crer que o único tormento da cidade (como metáfora humana ou, ainda, divina) são as favelas ou a violência urbana.

Se olharmos no dicionário¹², acharemos algumas outras definições para calvário. Uma possível interpretação nos levaria a entender calvário como uma elevação ou encosta difícil de subir, sendo uma metáfora em relação ao morro onde fica a Rocinha. Essa seria uma leitura que repetiria o dualismo que marcou o imaginário da favela ao longo do século XX, pois marca uma diferença em relação à cidade pela falta de mobilidade, da liberdade de ir e vir. Na mesma edição, um outro título parece enfatizar tal perspectiva: “Poder paralelo no Rio” (*O Globo*, 10/04/04, p. 1). A favela seria uma elevação difícil de subir, pois há

¹² Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa. Versão 1.0

uma ordem não institucionalizada, onde as regras são produzidas aleatoriamente, de acordo com a vontade de quem “manda no morro”.

Por outro lado, se continuarmos nos guiando pela dicionarização do termo, chegaríamos à conclusão de que se trata, também, de uma tarefa que exige grande esforço e causa grande sofrimento. Que tarefa seria essa? Extinguir o conflito através do aparato militar policial? Ou o grande esforço seria conviver com um imaginário do medo povoado por imagens de violência que acontecem cotidianamente?

Por fim, há ainda um outro sentido para calvário: dívida alta, em grandes quantidades. Essa talvez seja a interpretação mais complexa e a menos excludente, pois pensaria a favela como parte da cidade. Uma geografia que foi negligenciada e que, agora, cobra uma dívida cara demais, através da violência exacerbada

A ênfase do texto em relação ao público-alvo é muito clara. Por trás de todo o aspecto econômico que envolve um jornal, essa conotação acaba produzindo um sentido de segregação. A Rocinha fica entre as duas regiões mais valorizadas da cidade do Rio de Janeiro. É por isso que ela se torna um calvário, algo que não é tido como parte do cenário da ordem idealizada.

Inúmeros atos de violência acontecem em todas as esferas da sociedade. No entanto, a favela é o espaço mais focalizado como fonte para as representações jornalísticas. Na economia dos discursos que o jornal dá suporte diariamente, o que faz um fato ter maior destaque é a identificação que o seu leitor terá com o fato. Para noticiar o conflito em uma favela há pressupostos como: localização em relação aos bairros de classes média e alta; influência do fato ocorrido para o asfalto, tais como alteração do trânsito, vítima moradora do asfalto, confronto espetacular entre traficantes e policiais ou ainda flagrante de algum ato criminoso pelas lentes de um fotógrafo ou de uma câmera de televisão.

De fato, raramente o morador da favela tem espaço para encenar na mídia. A palavra que vem do morro é a da boca-de-fumo. É esse o discurso que interessa aos meios. Do excluído não há o que falar, somente quando esse retorna e invade o espaço da ordem é que as narrativas proliferam. A violência dos desordeiros é a principal ameaça à tranquilidade da classe média. O discurso do terror que paira no ar é, além dos fatos, a eterna criação dos meios, que precisam vender: pressuposto básico que, segundo Guy Debord, rege a sociedade do espetáculo.

Em outra edição, sob a mesma rubrica (“A guerra do Rio”), *O Globo* veiculava a reportagem intitulada “Facções se unem contra as milícias e aterrorizam o Rio”:

No pior ataque de bandidos no Rio, em 15 ações na madrugada e na manhã de ontem, 18 pessoas morreram e 23 ficaram feridas, quando criminosos queimaram ônibus, metralharam cabines da PM e jogaram granadas em delegacias. Os ataques aconteceram a quatro dias do reveillon. [...] No incêndio de um ônibus, na avenida Brasil, sete pessoas morreram carbonizadas. A Secretaria de Segurança atribui os ataques à busca de regalias pelos bandidos na mudança de governo, mas a hipótese mais provável, por estar amparada por documentos, é a da Administração Penitenciária: as ações foram cometidas por duas facções criminosas que se uniram para combater as milícias, formadas por policiais da ativa e da reserva, em favelas antes dominadas pelo tráfico (*O Globo*, 29/12/06, p. 1).

A cidade partida é encenada todos os dias no momento em que o discurso jornalístico emprega o adjetivo “violento” ou seus similares para classificar a favela como um antro de selvagens, como é o caso da reportagem acima, quando localiza a onda de violência em favelas. A menção à guerra no título da rubrica “A guerra do Rio” coloca a questão de uma maneira diversa, pois cria uma idéia de continuidade, assim como a forma narrativa utilizada: a série descontínua. Uma guerra não é um conflito curto, mas, pelo contrário, um estado contínuo de violência, um estado de exceção.

Decerto que não é somente a favela que recebe essa conotação nos jornais, mas nenhum outro espaço urbano é tão atrelado à violência no Rio de Janeiro quanto esse, que é, conseqüentemente, uma geografia associada ao medo: “o terror se espalhou pela Região Metropolitana: traficantes deixaram as favelas para matar, incendiar ônibus e atacar a tiros delegacias e cabines da PM” (*O Globo*, 29/12/06, p. 17). Ou ainda, em referência às conseqüências de tais atos em relação às pessoas e ao cotidiano da cidade, uma outra reportagem com o título “O velho problema: medo bate às portas de 2007: moradores se trancam em casa, deixando ruas vazias. Lojas fecham mais cedo e empresas liberam funcionários”:

Em contagem regressiva para o Ano Novo, quando em todo mundo se renovam as esperanças, o Rio viu o medo bater às portas de 2007. Em vez de se despedir do ano que acaba em paz, embora sem muito motivo para nostalgia, os cariocas tiveram o desgosto de assistir a uma onda de ataques violentos. Por toda a cidade, ruas vazias, clausura voluntária – entre sair e ficar em casa, a opção foi não se arriscar no mundo cão –, e, sim, muita indignação contras as autoridades públicas. Na Barra da Tijuca e na Zona Oeste como um todo, onde as milícias são mais

fortes, as pessoas evitaram sair de casa e comerciantes fecharam as portas mais cedo. A insegurança contagiou a Zona Sul, onde houve ataques em Botafogo e na Lagoa (*O Globo*, 29/12/06, p. 17).

A favela como espaço geográfico estranho à cidade, por ter uma organização com pouca ou nenhuma influência do Estado, necessita de uma conotação distinta: esse é o imperativo que não escapa às representações sociais contemporâneas. E essa conotação está sempre ligada à questão da violência urbana proveniente do tráfico de drogas. A figura do “traficante” tornou-se a marca da favela, sendo o próprio termo favela uma generalização para áreas de baixa renda em que há tráfico de drogas.

Em outra reportagem, ainda na série “A guerra do Rio” a figura do traficante passa a dividir a conotação de terrorista com policiais que estariam formando milícias paramilitares¹³ para proteger territórios do comércio de drogas, mas, ainda assim, a favela é o espaço definidor da narrativa:

Antes limitados a disputas territoriais entre traficantes de facções rivais ou entre a polícia e o crime organizado, os confrontos armados no Rio passaram a envolver um terceiro grupo: o das milícias. No meio do fogo cruzado cada vez mais intenso, a população indefesa. Dois tiroteios na Zona Norte neste fim de semana, envolvendo traficantes, policiais e milícias – grupos paramilitares que expulsam o tráfico das favelas e depois passam a cobrar taxas dos moradores pela suposta proteção – deixaram um total de seis mortos e seis feridos no Morro do Barbante (Ilha) e no conjunto habitacional Cidade Alta (Cordovil). Desde quinta-feira, somando-se enfrentamentos entre traficantes nas favelas Rocinha, Vila dos Pinheiros, Mineira e São Carlos, o número de vítimas sobe para nove mortos e oito feridos (*O Globo*, 05/02/07, p. 10).

A favela é, ainda, um espaço da diferença. Conotação essa que hoje cabe à mídia expressar com a maior amplitude, posto que essa consegue, com sua massificação, balizar as práticas sociais através das suas representações. Investigar como um determinado meio de comunicação representa a favela é também uma

¹³ O texto do jornal define o termo milícia: “A ação das milícias. A cada 12 dias, uma favela dominada pelo tráfico no Rio é tomada por milicianos. Informações da Subsecretaria de Inteligência da Secretaria de Segurança revelam que as milícias já dominam 92 favelas no Rio. O *modus operandi* das milícias é conhecido: invadem a favela, expulsam os traficantes, ocupam o lugar e passam a cobrar pela suposta proteção que oferecem, ágio sobre venda de gás e percentuais em vendas e locação de imóveis. A expansão desses grupos só é possível com o apoio da população local e militares que moram ou atuam nessas regiões. Na maioria das vezes, os PMs se ausentam no momento da invasão das milícias. Depois que elas se instalam, o policiamento retorna, desta vez para impedir o retorno dos traficantes expulsos” (*O Globo*, 05/02/07, p. 10).

tentativa de entender como os indivíduos que são atingidos por tal discurso lêem as representações veiculadas.

Mais do que o abismo econômico, há, na guerra de discursos produzida pelos meios, a tentativa de produzir a cidade partida. Duas cidades distintas em guerra, onde a selvageria faria parte da outra cidade: uma necessidade de se distinguir e ordenar o dia-a-dia. Colocar a violência atrelada aos morros e favelas é a forma de determinar quem representa a civilidade de um lado e a selvageria de outro.

A fobia pelo diferente une-se ao temor, à insegurança, justamente experimentados, consequência de formas diversas de impunidade e pactos perversos de que a cidade é vítima, e passa a tomar novas formas. Se as camadas subalternas não podem ser totalmente excluídas do convívio social, resta a auto-exclusão como forma de garantia do convívio limitado aos seus pares. A claustrofilia instaura-se sem deixar de ser uma outra forma de rejeição à democrática utilização do espaço urbano (Resende, 2003: 64).

Dessa forma, na cidade, vão sendo criadas ilhas herméticas, verdadeiras fortalezas, onde as pessoas passam a se conectar por redes e se vêem representadas pelos meios de comunicação de massa. No Rio de Janeiro, a favela é uma fortaleza assim como os condomínios de luxo. Quem fica sem proteção é a classe média que vive acostumada com o medo, que em grande parte é construído pelos meios que ela mesma sustenta.

4.2.1. A guerra do Rio

11

10 de abril de 2004

O GLOBO

RIO

A GUERRA DO RIO

Calvário carioca

Confronto na Rocinha fecha o acesso à Barra e deixa 5 mortos e 7 feridos

DESESPERADO, o engenheiro Renato Gonzaga vê o corpo da mulher, Telma, assassinada pelos bandidos

POLICIAIS TENTAM acalmar o sobrinho de Telma ferido durante o ataque dos bandidos na Niemeyer

Um território nobre
Rocinha é disputada pelo tráfico

Garotinho, Itagiba e Lins estão viajando

Mulher tenta furar bloqueio e é morta

Carros deixados pelo bando que tentou invadir a Rocinha e foi parado numa barreira de traficantes da favela

NO GLOBO ONLINE:
Fotos da noite em terror
www.globo.com.br/rio

*** TELA SE DESESPEROU E ELAS METALIZARAM O CASO**
na página 12

FIGURA 11¹⁴

¹⁴ O Globo, 10/04/04, p. 11.

Em 2003, quando os EUA invadiram o Iraque, em busca de armas de destruição em massa, e promoveram uma guerra, o jornal *O Globo* noticiava o assassinato de uma adolescente em uma estação de metrô na Tijuca, bairro carioca. Lado a lado, dois títulos pareciam querer contaminar o contexto de cada um: “A guerra de Bush” e “A guerra do Rio”. A expressão relacionada à violência urbana era uma clara alusão à guerra que o presidente norte-americano declarou naquele mesmo ano. Dois conflitos com características diferentes eram colocados quase como equivalentes.

Desde então, “A guerra do Rio” tornou-se uma rubrica que nomeava conflitos entre traficantes de drogas e policiais em favelas do Rio de Janeiro. Diferentemente das duas outras séries de reportagens analisadas na Parte I desta dissertação, essa série não teve uma duração planejada. Um acontecimento foi sendo ligado a outro durante anos, e a expressão deixou de ser apenas uma rubrica para se tornar uma campanha política.

Tendo em vista a extensão de tal série, selecionei algumas edições que cobriram conflitos em favelas cariocas em 2004, 2006 e 2007¹⁵. As reportagens de 2004 tratam de um conflito ocorrido na favela da Rocinha entre traficantes rivais e a polícia; as de 2006 tratam do conflito entre traficantes, policiais e as chamadas milícias, em várias favelas da cidade; as reportagens de 2007 tratam de um extenso conflito entre traficantes de drogas e policiais no conjunto de favelas conhecido como Complexo do Alemão. Todas as reportagens têm como cenário uma ou mais favelas da região metropolitana do Rio de Janeiro.

No dia 10/04/2004, o jornal *O Globo* publicou em sua primeira página a seguinte manchete: “Guerra do tráfico mata 5 e impõe terror na Zona Sul”. Esse episódio marcou o início de uma série de conflitos entre traficantes de drogas das favelas da Rocinha e do Vidigal que seriam comandadas por facções rivais. Ao longo do ano de 2004 esses conflitos estiveram regularmente nas páginas dos jornais cariocas, proporcionando um amplo debate sobre a questão da segurança pública e das favelas.

Na análise do conjunto de reportagens, a primeira coisa que saltou aos olhos foi a demarcação de uma mesma chamada para todas as notícias que tivessem

¹⁵ As edições tabuladas foram as dos dias 10, 13, 15 e 16 de abril de 2004; 5 de novembro e 29 de dezembro de 2006; 5 de fevereiro e 12 de maio de 2007.

algum envolvimento com o fato principal, que seria o confronto entre os traficantes de drogas. A frase utilizada para essa chamada padronizada foi: “A guerra do Rio”. Essa expressão tentou unificar episódios de violência, ocorridos em favelas cariocas, por um fio condutor, uma narrativa contada em capítulos, aproximando-se do formato folhetinesco. Durante onze dias consecutivos os leitores acompanharam uma mesma história, esperando a cada dia novos fatos e descobertas. Selecionei uma notícia de cada uma das onze edições para demonstrar o que a expressão “A guerra do Rio” abrangeu.

Calvário carioca

Tiros, pânico e mortes marcaram a Sexta-feira Santa na maior favela do Rio e na principal ligação entre a zona Sul e a Barra. De madrugada, uma tentativa de invasão de traficantes à Favela da Rocinha terminou com três mortos e sete feridos (*O Globo*, 10/04/04, p. 11).

A violência na Rocinha

A guerra na Favela da Rocinha começou na madrugada de sexta-feira. Numa ação violenta, cerca de 60 bandidos vestidos de preto e usando coletes à prova de balas pararam motoristas na Avenida Niemeyer por volta de 1h da manhã. A mineira Telma Veloso Pinto, de 38 anos, tentou escapar do bloqueio, foi baleada na cabeça e morreu na hora (*O Globo*, 11/04/04, p.31).

Limite da violência

Para acabar com a guerra pelo controle do tráfico na Favela da Rocinha, que começou na madrugada da Sexta-feira Santa e já deixou oito mortos, o governo do Estado anunciou ontem que vai cercar parte do morro com um muro de três metros de altura (*O Globo*, 12/04/04, p.8).

Cenas de uma guerra anunciada

São 10 horas da manhã de domingo de Páscoa. Foi uma noite calma para os moradores da Gávea e de São Conrado, depois de 48 horas de guerra na Favela da Rocinha. A zona nobre do Rio retoma a rotina. Os motoristas voltam aos poucos a transitar pela Avenida Niemeyer e pelo Túnel Zuzu Angel (*O Globo*, 13/04/04, p.13).

Agora a guerra é política

Alvo da guerra que já dura seis dias pelo controle do tráfico na Rocinha, a população do Rio assiste a um confronto paralelo: o tiroteio político entre as autoridades. Ontem, durante uma reunião, o secretário de Segurança, Anthony Garotinho, tentou acuar o governo federal e constrangeu o secretário nacional de Segurança, Luiz Fernando Corrêa, anunciando estar disposto a aceitar a oferta de envio de tropas das Forças Armadas para ajudar no combate a violência (*O Globo*, 14/04/04, p.14).

Polícia mata chefe da Rocinha

Cem homens do Batalhão de Operações Especiais (Bope) da PM mataram na tarde de ontem o traficante Luciano Barbosa da Silva, o Lulu, de 26 anos, e seu cúmplice Ronaldo de Araújo Silva, de 27 anos, no alto da Favela da Rocinha, num lugar conhecido como Laboriaux. Foram 15 minutos de intenso tiroteio (*O Globo*, 15/04/04, p.11).

“Bonde” de Lulu vai ao cemitério

O tráfico da Rocinha desceu o morro ontem e desafiou a polícia no asfalto. Quinhentas pessoas – inclusive muitos bandidos, segundo policiais – foram ao Cemitério São João Batista para o enterro do traficante Luciano Barbosa, o Lulu, que comandava a venda de drogas na favela (*O Globo*, 16/04/04, p.15).

A caçada a Dudu

A caçada ao traficante Eduíno Eustáquio de Araújo Filho, o Dudu, de 31 anos, que chefiou a tentativa de invasão da favela da Rocinha na Sexta-feira Santa, é agora prioridade da polícia do Rio (*O Globo*, 17/04/04, p.15).

Nove pessoas são presas na caçada a Dudu

Nove pessoas acabaram presas ontem durante a caça ao traficante Eduíno Eustáquio de Araújo Filho, o Dudu, de 31 anos, que chefiou a tentativa de invasão da Favela da Rocinha na Sexta-feira Santa (*O Globo*, 18/04/04, p.22).

O caráter folhetinesco pode ser visto pela fragmentação das seqüências narrativas que formam uma série e pela constante repetição das mesmas informações a cada dia. Palavras como guerra, violência, tiros e pânico são associadas a eventos ocorridos na favela da Rocinha.

Se justapuséssemos os títulos das reportagens transcritos acima, teríamos algo como uma pequena história contada por tópicos: calvário carioca; a violência na Rocinha; limite da violência; cenas de uma guerra anunciada; agora a guerra é política; polícia mata chefe da Rocinha; bonde de “Lulu” vai ao cemitério; a caçada a Dudu; nove pessoas são presas na caçada a Dudu. De certa forma, o que lemos nesses títulos é uma cronologia que poderia estruturar um romance ou qualquer outra ficção: o enredo é apresentado (calvário carioca; a violência na Rocinha), desenvolvido (limite da violência; cenas de uma guerra anunciada; agora a guerra é política; polícia mata chefe da Rocinha; bonde de “Lulu” vai ao cemitério; a caçada a Dudu) e resolvido (nove pessoas são presas na caçada a Dudu), formando um arco narrativo.

O desenrolar dos acontecimentos, as ações do governo e da sociedade passam todas pelo crivo da rubrica “A guerra do Rio”. As pequenas narrativas são costuradas a esse padrão e ganham menos ou mais espaço de acordo com a

proximidade do fato principal, que é o conflito na Rocinha, com a vida cotidiana do “asfalto”.

Por outro lado, a expressão é uma metonímia que faz com que a Rocinha seja o símbolo de uma guerra do Rio de Janeiro com ele mesmo. Nesse caso, *O Globo* toma a parte pelo todo e define a guerra que ocorreu nas proximidades da Rocinha como sendo a guerra do Rio de Janeiro inteiro. Ou, por outro lado, a guerra do Rio contra os perigosos traficantes de droga das favelas. Isso implica um maior peso para as notícias, pois passa a dizer respeito a todo e qualquer cidadão.

Olhando para trás, na história da Imprensa não há como ficar surpreso quando hoje os jornais utilizam as técnicas de folhetim em suas narrativas, como atos que beiram a campanhas políticas para compartilhar inimigos e medos. O folhetim foi o formato que ajudou a consolidar os jornais como meios regulares de informação de massa. Por muito tempo esse formato foi a base da notícia, tendo ainda resquícios no jornalismo atual. A imprensa absorveu técnicas literárias de narrativa e reciclou-as, assim como recicla a si mesmo ao longo dos anos.

Uma expressão parecida, decerto quase igual à “A guerra do Rio”, esteve nos jornais cariocas no final da década de 1940. O então jornalista Carlos Lacerda publicou uma série de artigos dramáticos defendendo a “Batalha do Rio de Janeiro” ou a “Batalha das favelas”. Essas expressões circularam em jornais como *Correio da Manhã*, *O Globo*, *Diário da Noite*, *Tribuna da Imprensa*, que representavam, em suas páginas, a favela como “reservatório de germes (potencialmente mais perigosos do que uma bomba atômica), trampolins da morte, devido aos desabamentos” (Zaluar & Alvito, 2003:14).

A campanha “A Batalha do Rio” foi uma das inúmeras tentativas do Estado de interferir nas favelas não com um ato integrador dessas com a cidade urbanizada, mas com um intuito preconceituoso de querer apagar da cartografia carioca aquele espaço estranho, que não era condizente com a normalidade e a ordem idealizada.

A favela, mais do que qualquer outro espaço, representava o papel do inimigo interno. Era preciso uma batalha para extirpar o que desde o começo tinha sido o “lixo” da modernização do espaço urbano. Não havia a intenção de integrar as “duas cidades”. O próprio Carlos Lacerda propunha uma expropriação dos grandes edifícios sem, com isso, conectar os dois lados:

Aqueles que não quiserem fazer um esforço sincero e profundo para atender o problema das favelas, assim como aqueles que preferirem encará-lo como caso de polícia, têm uma alternativa diante de si: a solução revolucionária, [pois os] comunistas (...) oferecem a expropriação dos grandes edifícios e a ocupação de todo o edifício como solução imediata, redutora e fagueira a quem vive numa tampa de lata olhando o crescimento dos arranha-céus (Lacerda apud Zaluvar & Alvito, 2003:14).

Cumprindo o que havia prometido, Carlos Lacerda viria a por em prática, quando eleito governador da Guanabara em 1961, uma política de remoção de favelas da Zona Sul. Isso demonstra que a questão das favelas foi e é, sobretudo, uma questão política e simbólica.

A “batalha do Rio” tornou-se “a guerra do Rio”. O que muda são as personagens do conflito, mas não a geografia, que é sempre diferenciada pela linguagem. “De batalhas faz-se guerras” é uma expressão que conota uma acumulação de tempo e, mais do que isso, uma contínua situação de conflito que tende a se exacerbar. Desde as batalhas até a guerra, a idéia é sempre a mesma: o conflito caminha para um acirramento. Essa idéia de intensificação não necessariamente corresponde a uma realidade, mas, sim, a uma contínua alimentação do imaginário do medo. São imagens que estão sempre indo em direção a algo maior e mais assustador; seguem um crescendo infinito de uma narrativa sem fim.

Em cinquenta anos muita coisa mudou, e a favela acabou adquirindo outras conotações no imaginário midiático. A partir da década de 1980 e mais intensamente na década 1990, os morros cariocas voltaram a ter espaço nos jornais. Dessa vez o problema era mais complexo e tinha relação com a violência urbana e com o crime organizado: as favelas tinham sido “eleitas” como bases de distribuição de entorpecentes. Até então isso já acontecia desde meados dos anos 1970, mas a violência que vinha da favela não era noticiada; talvez devido à rígida censura colocada em prática pelo regime militar. Somente quando a tensão entre o morro e o asfalto foi se acirrando e invadindo a cena é que a imprensa demonstrou interesse. Os traficantes de drogas estavam se armando com artilharia sofisticada e as editorias de cidade dos principais jornais cariocas passaram a publicar notícias relacionadas ao tráfico de drogas e à violência sempre tendo como cenário a

favela. O delineamento dessa nova condição da criminalidade urbana ocorreu ao longo dos anos 1990:

Em 1994, armamentos sofisticados vieram incluir-se no rol de mercadorias a serem traficadas. Certos grupos de traficantes, sobretudo nas favelas situadas nas proximidades do aeroporto e da zona portuária, começaram a especializar-se na venda de armas aos traficantes de outras favelas que queriam proteger-se contra a invasão da polícia e de outros grupos rivais. Assim, havendo condições favoráveis, o tráfico de cocaína e outras mercadorias aumenta, e, com ele, o envolvimento das comunidades em que se acham os traficantes (Leeds, 2003:239).

O livro de Zuenir Ventura, *Cidade partida* (1994), é fruto dessa conotação que a favela passava a ter. Impulsionado pela chacina em Vigário Geral (1993), favela carioca onde foram mortas vinte e uma pessoas que não eram relacionadas ao tráfico de drogas, o jornalista vivenciou durante nove meses o cotidiano dos moradores dessa comunidade. A conclusão do livro-reportagem é a volta ao pensamento bipolar que teve destaque no início do século XX. A cidade partida de Zuenir é marcada pela divisão em dois espaços: de um lado o tráfico de drogas exercendo poder, através de ameaças, sobre as comunidades que vivem nos morros e, de outro, a cidade sitiada, com medo das favelas e se afastando cada vez mais do convívio com os moradores desses locais. A batalha contra as favelas voltava à cena nos anos 1990, só que agora pelo viés da política de segurança pública.

Se por um lado as expressões relacionadas às batalhas na cidade estão presentes em tempos completamente diferentes e com conotações distintas, por outro o cenário continua o mesmo. A favela acabou sendo legitimada pela ação do tempo. Em um século esse espaço já criou sua história e, hoje, as políticas de remoção têm cedido lugar às políticas de integração e urbanização. Mas a dualidade entre os dois espaços foi exacerbada. A imprensa aponta, hoje, para um poder paralelo que estaria assumindo o lugar do Estado nas favelas e na cidade, gerando assim, diariamente, um confronto armado entre dois poderes. A cidade estaria mais do que partida, estaria dividida e em guerra.

Tentando superar o dualismo histórico, hoje há um pensamento que vê a cidade mais do que partida, mas em estilhaços, um caleidoscópio que não se deixa ler. Totalmente fragmentada e desintegrada, a cidade só consegue se reconstruir nos *mass-media*, através do espetáculo (Argullol, 1994:59). É pela narrativa

desses meios que ela consegue se ver representada. Eis, então, uma questão: se a cidade só consegue se reconstituir através dos meios de comunicação de massa, e estes exibem uma cidade em guerra, em que a violência e o terror vêm da favela, como no caso aqui estudado, qual é a imagem desse espaço no imaginário social, senão aquela relacionada a medo?

A conotação da favela ainda é pejorativa e cunhada de violência. Somado a isso, temos a imprensa de hoje, que é lastreada pela sociedade do espetáculo, expressão inaugurada por Guy Debord. Imprensa essa que faz das imagens e do discurso sedutor o pivô de suas práticas sociais. “O caráter ideológico do adjetivo ‘violento’ fica claro quando é utilizado sistematicamente para caracterizar o ‘outro’, o que não pertence ao mesmo estado, cidade, raça, etnia, bairro, família, grupo, etc” (Zaluar, 2003:212).

É através do sistemático e cotidiano discurso que conota a violência do tráfico à favela que *O Globo* cumpre o papel de imaginar uma geografia do medo que sustenta uma vitimização e, também, conseqüentemente, uma ausência de culpa. Curiosamente, a grande maioria dos textos analisados as notícias se referiam às conseqüências e não ao próprio acontecimento em si, construindo a vitimização da ordem. Isso pode ser constatado na medida em que temas relacionados ao trânsito representaram uma grande parte da massa de reportagens, e os moradores da Rocinha, em pior situação que todos os outros, não receberam qualquer menção.

Além disso, o conflito só ganhou grande cobertura, pois transbordou das favelas para o asfalto. Isso demonstra que a amplitude do espaço cedido ao fato depende do local onde o mesmo ocorre. Se for dentro da cena - a cidade - os holofotes acesos focam e transmitem o espetáculo. Caso contrário, quando na maioria das vezes a obscena (Gomes, 1994:103) - a favela - é o palco, os holofotes elegem outras práticas para fornecer o espetáculo de cada dia, deixando tais acontecimentos na penumbra.

4.3. Um outro relato: *Cabeça de porco*

Um ano após os acontecimentos de abril de 2004 na favela da Rocinha, Luiz Eduardo Soares, MV Bill e Celso Athayde lançam o livro *Cabeça de porco* (2005), que tenta, através da junção de discursos produzidos pelos dois lados da “geografia da cidade rachada”, compreender e achar soluções para o problema da violência e do tráfico de drogas nas favelas de várias cidades brasileiras.

Apesar de ser escrito a seis mãos, a autoria de cada texto é explicitada. MV Bill é um cantor de *hip hop* reconhecido nacionalmente por seu pensamento crítico em relação à violência e ao tráfico de drogas nos guetos e favelas do Brasil. Bill, junto com o líder comunitário e fundador da Central Única das Favelas (Cufa), Celso Athayde, pesquisou pelo Brasil afora como é que o tráfico de drogas se infiltrava nas comunidades de baixa renda. Acompanhados de uma câmera, eles viajaram de norte a sul tentando descobrir esse mundo marginal que se espalhou tão amplamente pelas grandes cidades. *Cabeça de porco* engloba alguns desses relatos coletados na pesquisa, bem como análises e depoimentos dos autores.

Esse projeto ainda rendeu um outro produto, que foi alvo de muitos debates em vários setores da sociedade. O documentário *Falcão: meninos do tráfico* (2006) foi produzido por MV Bill e Celso Athayde, e exibido em cadeia nacional pela Rede Globo de televisão no programa *Fantástico*¹⁶, que vai ao ar todos os domingos à noite. Trata-se de entrevistas com crianças e adolescentes que estão envolvidos, de alguma forma, com o tráfico de drogas.

Em *Cabeça de porco*, há dois capítulos dedicados aos acontecimentos reportados em “A guerra do Rio”. Escritos por Luiz Eduardo, “Guerra na Rocinha” e “As voltas da vida”, títulos dos capítulos, trazem à tona uma nova abordagem em relação aos fatos em questão. O cientista social traça uma abordagem deixada de lado pela grande mídia que cobriu tal episódio. Ele apenas contextualiza os fatos em uma perspectiva histórica, que privilegia uma lógica do encadeamento dos acontecimentos, enquanto que os relatos veiculados na imprensa (incluindo aí o jornal *O Globo*) trabalham com a lógica própria do espetáculo, que utiliza imagens descontextualizadas, ou contextualizadas com

outras imagens espetaculares. Assim, dessa forma, a lógica e a ligação de um fato com o outro se dá pelo próprio espetáculo, sem nenhum mediador que atravessasse esse elo; constituindo, ainda, a tentativa de eliminar a percepção de que há uma mediação entre o real e o narrado.



FIGURA 12¹⁷

Nos relatos de Soares, seguimos uma abordagem que coloca os fatos como sendo consequências de contratos marginais que se estabelecem entre a polícia

¹⁶ O documentário é fruto das filmagens feitas por MV Bill e Celso Athayde, mas a montagem do filme exibido no programa de televisão foi feita pela Rede Globo com o aval dos produtores.

(como representante do Estado) e os traficantes. A tese de Soares aborda o traficante Luciano, da Rocinha, em uma perspectiva mais humanitária, resolvendo, assim, questões que ficavam soltas em “A guerra do Rio”, como, por exemplo, o episódio do sepultamento de Luciano.

No Rio de Janeiro, em 2004, a comunidade da Rocinha teve de reeditar Antígona¹⁸ para enterrar um de seus filhos. Não lhe foi recusado o direito de sepultar Lulu, líder do tráfico local, mas a impediram de fazê-lo com o necessário respeito e a devida manifestação de luto. A pequena multidão que compareceu ao cemitério São João Batista para a cerimônia foi exposta a vexames e humilhações, exibida com irônico despudor pela mídia, vigiada e filmada ostensivamente pela polícia, tratada como um agrupamento de suspeitos. A imagem e o sentido transmitidos para a opinião pública omitiram o sofrimento e a morte, como se o cadáver de um homem não testemunhasse a vida suprimida de um homem, mas a reincidência criminosa dos que o choram (Soares; Bill & Athayde, 2005: 89).

Soares coloca em questão o direito ao sofrimento que aquelas pessoas tinham. Completa seu raciocínio afirmando que “esse direito é vetado pela arrogância da polícia e da mídia, que expropriam a dor e a dissolvem no espetáculo que protagonizam, devolvendo-a, nos noticiários, sob forma de entretenimento e desqualificação” (Soares; Bill & Athayde, 2005:89). Há uma tentativa de desconstruir a imagem do traficante alimentada pela mídia, que é a encenação de um bárbaro que é o culpado pela violência que assola os cidadãos cariocas.

No decorrer do capítulo, Soares nos reporta sua trajetória à frente da Secretária Nacional de Segurança Pública e, também, seus primeiros contatos com Luciano. É explicitada a vontade desse de deixar a vida marginal, pois sabia que estava condenado à morte precoce. Em uma intrincada rede de comunicação, essa mensagem de Luciano chegou até Luiz Eduardo Soares, quando esse ainda era secretário. A resposta foi imediata:

Eu mandei lhe dizer duas coisas: como secretário, tinha obrigação de cumprir a lei e prendê-lo. Mas, como ser humano, via com alegria sua disposição de abandonar aquela vida e começar de novo. Se dependesse de minha vontade estritamente pessoal e privada, eu passaria a borracha no passado e o empurraria ao futuro, como o segundo parteiro de sua biografia (Soares; Bill & Athayde, 2005:90).

¹⁷ *O Globo*, 16/04/04, p. 15.

¹⁸ Na mitologia grega, Antígona enfrentou o poderoso Creonte para conquistar o direito de sepultar seu irmão.

Meses se passaram e Soares acabou saindo da Secretaria Nacional de Segurança Pública, em um episódio de crise política em que policiais fizeram acusações graves ao secretário e, propositalmente, segundo Soares, deixaram a informação vazar para a imprensa. Tendo se desligado do cargo, o cientista social viajou para o Maranhão e lá encontrou, por acaso, com Luciano, que lhe reportou seus anseios, transcritos em *Cabeça de porco*:

O senhor sabe quem eu sou? [Sou o] Luciano, da Rocinha. Consegui sair de lá. Estou aqui de passagem. Vim buscar uma bênção. Vou embora hoje mesmo, para bem longe. Quero que o senhor saiba que respeito o senhor e os policiais honestos. Vocês estão fazendo seu trabalho, que é o certo. Vou mudar de vida. Não concordo é com o achaque, a mentira, a falsidade. Bandido fardado é o pior bandido. Eu dava mil reais por dia para cada policial que fazia ronda embaixo da Rocinha. De vez em quando eles subiam para capturar umas armas e mostrar serviço. Era tudo arranjado. A gente dava pra eles, eles mostravam para os repórteres e devolviam no dia seguinte. Às vezes, eles ainda cobravam quando devolviam: vendiam pra nós nossas armas, na frente da comunidade. Perderam a vergonha há muito tempo. Como é que podiam querer respeito nosso ou da comunidade? Parece que não tem jeito, não é? Mas agora eu quero ficar longe de tudo isso e começar outra vida. Desejo que o senhor seja feliz em sua nova vida. Vou buscar outra oportunidade em paz (Soares; Bill & Athayde, 2005:92).

Em seguida, Soares conta como se seguiu a trajetória de Luciano, que teve seu fim noticiado nos episódios relatados em “A guerra do Rio”:

Em 2004, a saga da Rocinha terminou com a morte de Luciano. Informado sobre as intenções de seu rival e temendo, por paradoxal que pareça, pela segurança da comunidade, renunciou ao futuro e rendeu-se ao passado. Como teria sido fácil prever, o retorno devolveu-o às armas e ao risco. Lulu tombou, diante de dezenas de testemunhas, assassinado pela polícia, que o alimentou e achacou por tantos anos. Localizado em seu esconderijo, saiu com as mãos na cabeça, gritando: “Perdi, perdi.” Identificado pelos policiais que o cercavam, foi fuzilado pelas costas na frente da comunidade. Encerrava-se um negócio cuja viabilidade se extinguiu para a polícia. (...) A covardia publicamente ostentada foi o desfecho de uma longa e próspera parceria. Eliminar o sócio sem pudor é a virtude da banda podre, que assim propaga sua superioridade (Soares; Bill & Athayde, 2005:92).

O Globo, fazendo sua cobertura jornalística, relatou a morte e o sepultamento de Luciano de outra perspectiva. Não havia nas notícias qualquer tentativa de se estabelecer uma justificativa para a ida da pequena multidão ao cemitério. As notícias, então, tentam evidenciar que todos os presentes no cemitério fariam parte do “bonde de Lulu”, o que significa, em outras palavras, que fazem parte da quadrilha de Luciano¹⁹. Diante do fato, o jornal imprimiu um

¹⁹ Ver figura 12.

sentido descontextualizado, optando por evidenciar, através das fotos e do texto, de que se tratava de bárbaros criminosos que compactuavam com Luciano. A notícia de *O Globo* que relata o sepultamento do traficante começa da seguinte forma:

O tráfico da Rocinha desceu o morro ontem e desafiou a polícia no asfalto. Quinhentas pessoas – inclusive muitos bandidos, segundo policiais – foram ao Cemitério São João Batista, assistir ao enterro de Luciano Barbosa, o Lulu, que comandava a venda de drogas na favela. Com pedras e garrafas cheias d’água, integrantes do bando de Lulu agrediram repórteres e hostilizaram a polícia (*O Globo*, 16/04/04, p.15).

A razão de toda a algazarra provocada pela multidão de moradores da Rocinha foi completamente desconsiderada pelo jornal. A informação mais urgente a ser dada era de que todos eram traficantes e bandidos. Essa afirmação está na primeira linha do texto, sendo, dessa forma, caracterizada como a informação essencial a ser dada para o leitor. O texto, dialogando com as fotos da multidão subindo no teto de um ônibus, caracteriza tais pessoas como vândalos e bárbaros, negando qualquer sentimento que aquelas pessoas poderiam ter por Luciano. Luiz Eduardo Soares questiona tal imperativo: “Curiosamente, a grande imprensa não descreveu o triste fim de Lulu. Ninguém contou ao grande público por que a comunidade da Rocinha chorou aquela morte. A opinião pública não entendeu tanta dor e revolta” (Soares; Bill & Athayde, 2005:93).

O jornal emitiu seu julgamento sobre o fato e, utilizando o discurso da polícia, legitimou seu discurso condenador. Repudiando a cena e não lhe conferindo a devida contextualização, o jornal fez com que o fato se tornasse consequência do discurso espetacular do dia anterior. A urgência em atribuir um sentido àquela cena acabou por esvaziar seu conteúdo.

A tentativa de Luiz Eduardo Soares é de desconstruir esse discurso, mostrando que por trás do discurso diário dos meios de comunicação de massa há uma lógica tácita. Não interessa para esses meios saberem as conjunturas dos acontecimentos de grande porte, como foi o caso da onda de violência na favela da Rocinha no mês de abril de 2004. O que interessa é que os atores envolvidos no fato sejam rapidamente caracterizados e que se proponha um julgamento nas entrelinhas do discurso, utilizando imagem e texto como suportes de sua retórica.